

A DISCIPLINA DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO SOFRE UM NOVO ATAQUE

Por Geraldo Balduino Horn e Alexander Machado

A especificidade da filosofia como disciplina quase sempre foi colocada em dúvida no processo que constituiu a educação básica no Brasil. E é impossível negar que hoje a disciplina de filosofia sofre um novo revés. Há dois anos, a maior parte de nós sequer imaginaria o tamanho do fosso no qual estamos hoje. Esse é o problema. Do alto da nossa sabedoria acadêmica esperávamos o próximo crepúsculo. Igual à coruja de minerva, esperamos e esperamos o momento certo para apontarmos a solução do enigma dos enigmas. Mas a coruja não alçou voo e em seu lugar a velha política do “cálculo frio e egoísta” rolou a pedra da filosofia, mais uma vez, ladeira abaixo.

Sobre a presença da filosofia no ensino médio, nas últimas décadas, tivemos pelo menos cinco situações diferentes, que poderíamos assim resumir: presença inconstante da Proclamação da República ao golpe militar de 1964; ausência calculada no período da ditadura militar; presença controlada na redemocratização dos anos 1980 até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e presença inócua a partir da Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). O quinto momento constitui o nosso “assalto ao céu”, pois a filosofia havia, enfim, se tornado uma presença que supúnhamos garantida com a promulgação da Lei 11.684/2008. Esta lei tornou a Filosofia e a Sociologia disciplinas obrigatórias no Ensino Médio.

Entretanto, um antigo temor ressurgiu sob a forma da lei 13.415/2017 e tudo indica que não restará muito da filosofia, enquanto disciplina, no ensino médio. Os mais otimistas até calculam alguns possíveis ganhos, mas observando o desdobramento da noção de “estudos e práticas na BNCC, não nos resta quase nada. Nesse sentido, o NESEF - Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre o Ensino de Filosofia, reafirmado o seu papel na organização de debates, na formação de consciências e na elaboração de conhecimentos sobre o ensino de filosofia, semelhante a um incansável Sísifo para a disciplina de filosofia no ensino médio, apresenta a primeira edição de seu jornal.

Acreditamos que a escola não deve ser absolutamente a antecâmara da empresa e seu

objetivo não é moldar o *homo economicus*. Por isso a importância do papel questionador da filosofia e das demais disciplinas que também estão sendo retiradas do Ensino Médio. Sem esse questionamento “a paz será total” e a ordem permanecerá intacta. Isso significará o fechamento do universo político e a instrumentalização da razão.



É necessário, considerando a atual conjuntura política brasileira, diante dos ataques que a Filosofia vem sofrendo por meio de pesquisas infundadas e de discursos neoliberais e fascistas, lutar pela manutenção da filosofia não só na escola como também nas ruas e nas praças públicas. É imprescindível mantê-la no espaço público como negatividade, como análise crítica da sociedade.

Não se pode ficar de braços cruzados, esperando que os sistemas de ensino determinem a organização curricular prevista no texto da BNCC, sem fazer nada. Por isso, conclamamos todos/as os/as professores/as, diretores/as de escolas, estudantes, associações profissionais, sindicatos para um amplo, profundo e propositivo debate sobre os rumos da Educação Básica, especialmente do Ensino Médio. Para contribuir nesse debate, elaboramos uma proposta de organização curricular para o Ensino Médio regular. Confira o documento no site ou na página do Facebook do NeseF. Resistir, neste momento histórico, também significa atacar!

Nesta primeira edição do jornal apresentamos uma reflexão sobre a importância do pensamento filosófico não eurocentrado. Em outro momento trazemos um pouco do incrível universo do cinema e do cineclubismo, ferramentas importantes para o ensino da filosofia. Por fim, uma abordagem sobre o papel dos procedimentos épicos no teatro de Bertold Brecht para o ensino de filosofia no ensino médio.

Boa leitura!

SOBRE O QUE É A FILOSOFIA E COMO ELA PODE SER OUTRA

Por G-Filo

Podemos definir a atitude Filosófica de duas maneiras distintas; as implicações de cada definição determinam respostas distintas à pergunta: o que é filosofia? Podemos entender este movimento do pensamento como o debruçar do pensamento sobre si mesmo. Isto é, que o pensamento possa ser objeto do pensar. Quando pensamos o que é o pensamento realizamos uma atitude filosófica específica, ligada à tradição do pensamento ocidental; pensar o pensar é como se o pensamento olhasse a si mesmo como algo diferente de si, que pudesse se explicar a partir de si mesmo.

Quando perguntamos o que é o pensamento realizamos este experimento filosófico. Tal experimentação é típica da filosofia grega, e de toda filosofia que se fundamenta a partir da tradição deixada por Platão e Aristóteles. É uma tradição que funda a filosofia como edificante de todo conhecimento, pois é através desta experimentação filosófica do pensar que se definem as noções básicas de todo o conhecimento. Perguntar pelo o quê das coisas é perguntar pela sua essência, por aquilo que as definem, aquilo que faz uma coisa ser uma coisa, e outra coisa não ser esta coisa, mas ser outra coisa qualquer. Quando uma criança pergunta insistentemente o que as coisas são, não faz nada mais do que, através da sua curiosidade, buscar entender e definir aquilo que ela desconhece

Ao respondermos estas questões, mesmo que de forma negativa - definindo o que as coisas não são -, vamos construindo bases para todo conhecimento que se funda a partir das noções que aos poucos definimos. Podem ser questões mais objetivas e concretas, que buscam a definição mais específica de um conceito; ou podem ser questões mais essenciais, que levam não a definição de nada, mas que criam a possibilidade de tais definições.

Há ainda uma outra possibilidade da filosofia, geralmente desprezada e destituída de fama e glória na tradição ocidental: a filosofia que não se define pelo debruçar-se do pensamento sobre si mesmo (retirando o processo do pensar do mundo). Essa outra possibilidade de filosofia se caracteriza pelo “jogar-se” do pensamento no mundo.

Esta definição da filosofia se aproxima daquilo que chamamos de filosofia quando dizemos que tal fulano tem tal filosofia de vida. Se aproxima, mas difere em um ponto crucial: a filosofia que está ligada a um modo de pensar e viver nunca é o resultado de uma experiência individual, é sempre o resultado acumulado do compartilhamento de um modo de vida, de um modo de pensar, de um modo de experimentar e perceber o mundo.

**GRUPO DE PESQUISA DAS FILOSOFIAS OUTRAS.
PARA A PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO PENSAMENTO
FILOSÓFICO NÃO EUROCENTRADO**

Tal é o caso das filosofias orientais, as filosofias africanas, as filosofias árabes, as filosofias de populações indígenas das américas, e, mais recentemente (últimos 60, 70 anos), as filosofias de regiões cujos conflitos sociais engendram um modo de pensar e encarar os problemas sociais de uma maneira única - como a proposta de uma filosofia intercultural ou a filosofia da libertação. Tais filosofias não são a expressão do modo de pensar de um indivíduo; não são nem a soma, nem a média da forma de pensar de seus membros.

Elas são o modo de pensar construído ao longo da vivência de cada povo, e não se desligam daquilo que cada povo engendra dentro deste modo de pensar: o cultivo da terra, a tradição religiosa, a organização das casas, as vestimentas, a língua, as armas, as táticas e estratégias de guerra, etc.; tudo isso compõe e influencia a forma como um povo pensa, como age, como se relaciona com o ambiente que habita.

Hoje é este modo de filosofar que nos interessa; não porque seja capaz de um discurso mais amplo e verdadeiro, e nos leve a tão sonhada contemplação do Belo, do Bom e do Justo (ou qualquer outra abstração da realidade). Ela nos interessa porque é tratada de maneira tão marginal, como se não fosse filosofia; ela nos interessa porque não se desliga da realidade social em que emerge, sendo sempre o reflexo e a constante interação da sociedade com suas determinações históricas, sociais, ambientais, econômicas, religiosas, políticas etc.

BREVES REFLEXÕES SOBRE A URGÊNCIA DO CINECLUBISMO E SEU CARÁTER EDUCATIVO E FORMATIVO

Por Weliton Tarelho e Alessandro Reina

O cineclubismo, para além das institucionalizações formais, se debruça sobre a formação de um público no seu aspecto teórico, intelectual, prático e artístico onde esse público tome em suas mãos a exibição e a discussão fílmica. No Cineclube a sessão de cinema é composta por três momentos: a apresentação do filme feita pelo mediador, a exibição e o debate. Discutimos e escrevemos sobre ideias tanto quanto sobre a própria maneira de se expressar. Neste espaço, além da reflexão a partir de dados imediatos da vida cotidiana, também se discute naturalmente ideais políticos, história, estética, cultura, etc., algo que acontece em outros espaços sociais, mas aqui, há a mediação do filme.

Já após a criação do cinema em 1895 pelos irmãos Lumière, percebeu-se na França a necessidade de pensar para além de mero entretenimento. Quando, no início do século XX, amparada no desenvolvimento tecnológico, a prática cineclubista se popularizou, indivíduos como Riccioto Canudo, fundador do chamado *Club des Amis du Septième Art* – (CASA) foram responsáveis por militar em território francês pelo reconhecimento do cinema como uma forma de arte. Canudo ficou historicamente conhecido ao escrever em 1911 o “Manifesto da Sétima Arte”, onde incluía o cinema (para além das seis formas de arte descritas por Hegel no século XIX) como a sétima grande arte, devido ao seu forte valor estético, congregando dentro de si as outras artes e independentemente do valor comercial dos filmes. A partir daí as técnicas de filmagem foram elaboradas para explorar conteúdos que expressassem os anseios e as ideias de alguém ou de um grupo de pessoas. O maquinário traria também uma nova e própria literatura de ideias contida em um campo de conhecimento que naturalmente, iria compor seus símbolos de representação linguística, referentes tanto à técnica quanto ao *modus operandi*, irrigando o campo de uma gramática própria.

Ao longo da história do cinema como produto industrial, notamos o estreitamento da relação entre o filme e o marketing, não apenas aquele que prepara o público para a assimilação do filme produzido, mas também o marketing que auxilia no convencimento sobre necessidades de consumo de mercadorias e ideias, status social, ideologias específicas, muitas vezes preconceituosas e segregadoras, que excluem o entendimento estético e priva o grande público de saborear a verdadeira “experiência do cinema”.

O fazer cinema como item de consumo, entretenimento, imagem tão caricata da indústria cultural, muitas vezes aponta para problemas. Por vezes, torna-se, nas mãos de alguns, uma ferramenta útil na construção de discursos altamente ideológicos (vide o cinema nazista, fascista ou de guerra norte americano), ou como um nicho altamente lucrativo como verificamos no cinema produzido em Hollywood.

Por outro lado, é preciso mencionar que o uso de filmes também pode se dar de maneira a auxiliar, por exemplo, na transmissão de conteúdos curriculares, possibilitando a colaboração direta na formação de um indivíduo crítico e responsável, integralmente capaz de identificar questões e problemáticas relativas ao seu meio e estabelecer métodos para saná-las, o que, na conjuntura atual, é um recurso de considerável importância e coloca-se como uma tarefa emancipadora. Em poucas palavras, apontamos aqui a importância e a urgência dos cuidados com o cinema, propondo um olhar coletivo (de troca) e diligente sobre as obras cinematográficas tentando a compreensão e a utilização do cinema não como agente de dominação, mas como ferramenta de libertação, desvendando as mazelas cotidianas estruturais que acabam por velar erros e má atuação na vida em sociedade.

Pensamos o cinema como tomada de autonomia, melhor compreensão do mundo que nos cerca, construção de identidade, superação de individualismos e preconceitos a partir do respeito às diferenças. Trata-se de um projeto de formação crítica para além dos limites institucionalizados da família e do Estado, responsáveis pela falida educação formal, uma vez que o cineclube transcende as paredes das salas, seja as de aula, ao internalizar reflexões, possibilitando a significação e ressignificação do pensamento por meio dos filmes, um ato revolucionário. No mais, tendo como base a Lei 13.006/14, que instituiu a obrigatoriedade de exibição de pelo menos duas horas mensal de filmes brasileiros na escola, apontamos para a urgência de pensar o cineclube como uma proposta de aplicação prática da lei nas escolas, contribuindo para a formação estética e cultural dos estudantes.

A proposta, além de trazer o reconhecimento da arte nacional do cinema, possibilita a construção de uma nova cultura fílmica, como superação dos antagonismos produzidos pelo cinema comercial, viabilizando uma proposta de caráter crítico e conscientizador, voltada ao pleno exercício da cidadania. E já que, hoje inegável que o cineclubismo funciona como agente direto na formação social, política, estética e cultural, não poderíamos fechar os olhos diante dos abismos educacionais, dentro dos quais o trato cuidadoso com a obra cinematográfica, pode ser uma contribuição valiosa no itinerário formativo dos jovens.

A POÉTICA REALISTA DO TEATRO ÉPICO COMO FORMAÇÃO CULTURAL NA EXPERIÊNCIA DO FILOSOFAR NO ENSINO MÉDIO

Por Alessandro Vorussi Correa

É cada vez mais importante refletir sobre o uso de metodologias capazes de oferecer aos estudantes do ensino médio formas de ampliar as possibilidades do filosofar como via para a emancipação. Contrapondo-se criticamente a uma educação meramente instrumental, tecnicista, fragmentadora e alienante.

Dessa forma, a utilização dos procedimentos do teatro épico de Brecht é uma hipótese para a construção de uma metodologia e, mesmo, de reestruturação e ressignificação curricular, coerente com a concepção emancipatória e não alienadora na atividade docente, tampouco, que faça do aluno mero receptor de informações e conhecimentos.

Mas por que o teatro épico de Brecht e não outro para pensar o filosofar em sala de aula?



À guisa de situar melhor a expressão “teatro épico” é importante frisar que não se trata de uma categoria (épica) de uma poética anterior. Ao contrário, é uma forma inteiramente nova que inclui os gêneros lírico, épico e dramático (BOAL, 2013). O teatro de Brecht é diametralmente oposto ao da teoria aristotélica. Aristóteles propõe que o desenrolar da ação dramática tem como finalidade a catarse, ou seja, promover a purgação das emoções para se atingir o repouso. Um teatro que pretende transformar a sociedade não pode terminar em equilíbrio, repouso. Deve, ao contrário, promover a transformação social. As categorias “relativização”, “ruptura”, “distanciamento”, “decisões” e “continuações”, recursos que Brecht emprega para realizar o efeito de

distanciamento (BORNHEIM, 1992), são os elementos que possibilitam a antítese dos efeitos da catarse. Por meio da interrupção da ação, o distanciamento épico promove a atitude crítica do assombro, que permite perceber os condicionantes das determinações sociais e das forças objetivas. É, em parte, por meio desse entendimento que se pensa utilizar os procedimentos épicos do teatro de Brecht, no Ensino da Filosofia no Ensino Médio.

"Um teatro que pretende transformar a sociedade não pode terminar em equilíbrio e repouso"

A pesquisa é resultado de uma prática que venho desenvolvendo nas aulas de filosofia do Ensino Regular e da EJA. Augusto Boal, (Teatro do Oprimido), foi, por assim dizer, o grande responsável por essa empreitada desafiadora, porém instigante. De lá para cá, o repertório de pesquisa ganhou impulso, incorporando ao corpus teórico ampla bibliografia que trata do objeto. Entre os principais referências teóricas, além do próprio Bertold Brecht, encontram-se pensadores filiados à teoria crítica (Walter Benjamin, Theodor Adorno, Herbert Marcuse); à educação filosófica (Geraldo Balduino Horn, Antônio Joaquim Severino); somando-se aos do teatro (Anatol Rosenfeld, Augusto Boal); e os que pensam o teatro a partir de um lócus filosófico (Aristóteles, Gerard Bornheim, Iná Camargo Costa).

Por último, não se trata de teatralizar o conteúdo, muito menos adentrar em um campo artístico em seu sentido estrito, do qual, confesso, minha familiaridade é diletante e entusiasta. Trate-se de construir uma metodologia usando os procedimentos teatrais brechtianos como formação política, estética e filosófica do estudante, marcada por um sentido emancipador e avaliador dos caminhos metodológicos para a Educação Filosófica no Ensino Médio a despeito da concepção ideológica-burguesa de práxis social.

ENVIE O SEU ARTIGO
Escreva para o jornal:
jornalsisifo@gmail.com

Editores: Geraldo Balduino Horn e Alexander Machado